



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESTIMATIVA  
DOS PRINCIPAIS ITENS DA RECEITA – Exercício de 2017**

Art. 5º, inciso III, LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu art. 5º, inciso III, estabelece que a mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá explicitar os critérios adotados para a estimativa da receita conforme se verifica, em consonância com o disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000):

*Art. 5º [...]*

*[...]*

*III – os critérios adotados para a estimativa dos principais itens da receita para o exercício de 2016, listados a seguir, observado, no que couber, o art. 12, caput, da Lei Complementar nº 101, de 2000:*

*a) **receita tributária;***

*b) **alienação de bens;***

*c) **operações de crédito.***

**a) RECEITA TRIBUTÁRIA:**

Apresentam-se a seguir as metodologias utilizadas para a previsão das receitas de origem tributária para os exercícios de 2016 a 2018. Cumpre ressaltar que o presente relatório foi elaborado de acordo com o preceituado na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, a qual reitera determinação no sentido das estimativas serem demonstradas conforme a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita, compatível com o apurado em face do inciso V do § 2º do artigo 4º da LRF;
- (=) Receita tributária estimada

Assim, as receitas estimadas correspondem a valores líquidos da fruição de benefícios tributários, cuja previsão encontra-se no documento “Projeção dos Benefícios Tributários para os Exercícios de 2016 a 2019 (Alteração de 01.09.2016)”, elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF em 01/09/2016.

As estimativas de receita para o período 2016-2018 foram elaboradas em valores correntes. Na deflação dos valores correntes para 2016, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio construído com base na média das expectativas do mercado financeiro, vigentes em 22/07/2016, conforme a seguir.

#### **PREVISÃO PARA O IGP-DI ANUAL – 2016-2018**

<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
5,52%	5,18%	4,86%

Expectativas do mercado financeiro, [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), em 22/07/2016.

#### **IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES**

<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
1,0000	0,9396	0,8920

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/AEF/GAB/SEF.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para a previsão das receitas em valores correntes.

### **PROJEÇÃO DAS RECEITAS EM VALORES CORRENTES**

#### **ICMS e ISS**

Para séries históricas estimadas da receita bruta do exercício, isto é incluindo inadimplência e renúncia vigente, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários. As receitas trimestrais nominais do ICMS e do ISS são explicadas pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado, utilizando-se os parâmetros apresentados na tabela abaixo.

<b>Parâmetros</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
PIB real anual	- 3,25%	1,12%	2,11%
Deflator implícito (IGP-DI anual)	8,67%	5,52%	5,18%

Fonte: Expectativas do mercado financeiro, [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), em 22/07/2016.

A fim de estabelecer correlação da receita bruta, incluindo inadimplência e renúncias, com a série histórica do número índice do PIB trimestral (base: 100=1º Trim/1995), foram construídas séries históricas dos números índices trimestrais, com mesma base, para as receitas brutas do ICMS e do ISS, levando em consideração que a receita em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS conforme abaixo:

ICMS	ISS
$Y_t = \alpha + \beta * PIB_t$	$\log(Y_t) = \alpha + \beta * \log(PIB_t)$

Onde:

**$Y_t$  = número índice da arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1, 2, 3, \dots, 85$ ;**

**$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados;**

**$PIB_t$  = número índice do PIB trimestral a preços de mercado no tempo  $t$ .**

ICMS	ISS
$\alpha = 4,3502$	$\alpha = -0,4615$
$\beta = 1,3497$	$\beta = 1.155.790$
$R^2_{ajust} = 0,9837$	$R^2_{ajust} = 0,9751$

Com base na modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”, os números índices do PIB trimestral foram projetados até o quarto trimestre de 2018. A série projetada do PIB, em números índices, foi substituída nas equações estimadas para o ICMS e o ISS de forma a projetar os números índices da receita bruta até o quarto trimestre de 2018. Para encontrar a receita bruta mês a mês, percorreu-se o caminho inverso, multiplicando os números índices estimados pelo valor da receita bruta no 1º Trim/1995 (base: 100,0) e, em seguida, pela participação percentual média dos meses nos respectivos trimestres, permitindo a apuração das receitas brutas dos dois tributos para o período 2016-2018.

Para obter a arrecadação estimada do exercício para o triênio 2016-2018, foram deduzidas as estimativas de inadimplência e de renúncia tributária, e acrescida a arrecadação estimada de exercícios anteriores, resultando em previsões para a receita líquida. Foram adicionadas também à arrecadação estimada de exercícios anteriores, as expectativas de receita relativas a programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, conforme tabela abaixo.

#### Valores Correntes em R\$ 1.000

Expectativa de receita de programa de recuperação crédito	2016	2017	2018
ICMS	31.102	21.564	16.498
ISS	7.006	4.857	3.716

Quanto ao ICMS, foram ainda adicionadas à receita bruta, os montantes de R\$ 120,6 milhões e R\$ 127,2 milhões, para os anos de 2017 e 2018, respectivamente, as expectativas de receita decorrentes da implementação do Convênio ICMS 42/2016 (Processo nº 0040-001198/2016), a título de Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF.

Aos valores previstos, no caso do ISS foram somadas as estimativas para a retenção do imposto por órgãos públicos distritais via SIGGO.

## ICMS

### Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	9.069.083	9.873.249	10.573.824
(-) Inadimplência estimada	442.810	475.579	510.862
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	256.682	263.837	276.746
(-) Renúncia estimada	1.380.086	1.494.629	1.575.961
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>7.502.869</b>	<b>8.166.878</b>	<b>8.763.747</b>

## ISS

### Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.385.752	1.483.250	1.562.732
(-) Inadimplência estimada	41.427	43.883	46.267
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	75.082	69.955	72.233
(-) Renúncia estimada	33.203	50.487	52.131
(+) Retenção tributária via SIGGO	127.476	134.741	141.970
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>1.506.675</b>	<b>1.593.576</b>	<b>1.678.537</b>

## IPTU/TLP e IPVA

De posse de dados sobre o lançamento de ofício dos tributos em questão para 2016, e das expectativas do BACEN de INPC para 2017 e 2018 estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como das perspectivas para pagamentos de débitos de exercícios anteriores, estimativas de renúncia e do abatimento referente ao programa Nota Legal para os casos do IPTU e do IPVA, apurou-se a receita estimada conforme demonstrada a seguir.

Foram ainda adicionadas à arrecadação estimada de exercícios anteriores, as expectativas de receita relativas a programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, conforme tabela abaixo.

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Expectativa de receita de programa de recuperação crédito</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
IPTU	2.860	1.983	1.517
TLP	562	390	298
IPVA	3.753	2.602	1.991

**IPTU**

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Item</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.084.541	1.291.944	1.361.260
(-) Desconto pagamento em cota única	1.116	1.421	1.497
(-) Renúncia estimada	22.325	89.062	54.087
(-) Abatimento do Programa Nota Legal	16.180	17.102	18.020
(-) Inadimplência estimada	341.901	385.905	406.610
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	9.234	8.720	8.616
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>712.253</b>	<b>807.174</b>	<b>889.662</b>

**TLP**

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Item</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	171.961	181.762	191.514
(-) Renúncia estimada	7.574	9.175	8.768
(-) Inadimplência estimada	35.098	36.240	38.373
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	1.986	1.895	1.884
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>131.275</b>	<b>138.242</b>	<b>146.257</b>

**IPVA**

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Item</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Receita Bruta do Exercício	1.199.150	1.267.494	1.335.499
(-) Desconto Pagamento em cota única	15.367	16.243	17.114
(-) Renúncia	190.711	205.741	216.779
(-) Abatimento programa nota legal	65.624	69.365	73.086

(-) Inadimplência estimada	50.443	55.234	58.198
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	4.674	3.576	3.017
<b>(=) Arrecadação do ano</b>	<b>881.679</b>	<b>924.488</b>	<b>973.338</b>

### ITBI e ITCD

Após a construção da série histórica da receita bruta desses itens, incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2005. Foram estimadas, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$ , onde:

**$Y_t$  = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2005), 2, 3, .., 138 (jun/2016),**

**$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados,**

**$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.**

ITBI				ITCD			
$\alpha = 4.869.824,830$ (P value:7,30E-13)				$\alpha = -412.478,100$ (P value: 0,066)			
$\beta = 179.744,088$ (P value:1,34E-49)				$\beta = 63.551,621$ (P value: 1,681E-48)			
Sjan	0,8262	Sjul	1,0649	Sjan	0,7742	Sjul	1,0699
Sfev	0,9596	Sago	1,0979	Sfev	0,7316	Sago	1,0792
Smar	1,0266	Sset	0,9598	Smar	0,9720	Sset	1,0402
Sabr	1,0035	Sout	0,9783	Sabr	1,0739	Sout	1,0862
Smai	1,0069	Snov	0,9306	Smai	1,0400	Snov	1,0795
Sjun	1,0251	Sdez	1,1206	Sjun	0,9791	Sdez	1,0742

Uma vez estimados os parâmetros das equações, as receitas brutas foram projetadas para o período 2016 a 2018. Foram ainda adicionadas à arrecadação estimada de exercícios anteriores, as expectativas de receita relativas a programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, conforme tabela abaixo.

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Expectativa de receita de programa de recuperação crédito</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
ITBI	1.468	1.018	779
ITCD	640	444	340

**ITBI****Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Item</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	333.674	383.301	409.185
(-) Inadimplência estimada	1.558	1.646	1.735
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.315	1.913	1.722
(-) Renúncia estimada	6.890	7.683	8.095
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>327.542</b>	<b>375.885</b>	<b>401.076</b>

**ITCD****Valores Correntes em R\$ 1.000**

<b>Item</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	124.303	117.454	127.003
(-) Inadimplência estimada	8.768	9.268	9.765
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.659	2.811	2.961
(-) Renúncia estimada	21.341	3.498	3.658
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>96.852</b>	<b>107.499</b>	<b>116.541</b>

**MULTAS e JUROS dos TRIBUTOS e da DÍVIDA ATIVA**

Uma vez que tais receitas representam a recuperação de créditos de exercícios anteriores, a construção da série histórica da receita bruta considerou apenas a renúncia e os impactos dos programas de recuperação de crédito a partir de 2013.

Assim, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2003, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1$  (jan/2003), 2, 3,...,162 (jun/2016).

$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros estimados.

$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

MJ TRIBUTOS				MJ DÍVIDA ATIVA			
$\alpha = 613.928,56$ (P value: 0,263 )				$\alpha = -1.450.067,39$ (P value: 0,025)			
$\beta = 59.650,35$ (P value: 2,82E-19)				$\beta = 76.826,93$ (P value: 4,23E-22)			
Sjan	1,00 04	Sjul	1,2133	Sjan	0,843 2	Sjul	0,922 6
Sfev	0,65 15	Sago	1,1590	Sfev	0,939 1	Sago	0,976 5
Smar	0,70 50	Sset	1,0230	Smar	1,073 3	Sset	0,726 6
Sabr	0,75 63	Sout	1,0647	Sabr	1,032 9	Sout	0,832 7
Smai	0,92 31	Snov	1,0464	Smai	1,173 9	Snov	0,959 5
Sjun	1,15 64	Sdez	1,3009	Sjun	1,209 6	Sdez	1,310 0

De posse dos parâmetros das equações estimadas, as receitas foram projetadas para o período 2016 a 2018 e, em seguida para esse período foram deduzidos os valores da renúncia estimada.

Foram ainda adicionadas à receita bruta, as expectativas de receita relativas a programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, conforme tabela a seguir.

#### Valores Correntes em R\$ 1.000

Expectativa de receita de programa de recuperação crédito	2016	2017	2018
Multas e Juros dos Tributos	381	264	202
Multas e Juros da Dívida Ativa	8.734	6.055	4.633

#### MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS

##### Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	158. 841	114. 986	123.5 14
(-) Renúncia estimada	84.2 37	53.1 77	39.35 8
(=) Receita estimada	74.6 05	61.8 09	84.15 6



## MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA

### Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2016	2017	2018
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	133.872	127.451	137.091
(-) Renúncia estimada	63.988	53.100	31.821
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>69.884</b>	<b>74.351</b>	<b>105.270</b>

## DÍVIDA ATIVA

Foi estudado o movimento de tendência da série histórica do estoque mensal da dívida ativa, desde dezembro de 2006, estimando-se pelo método dos mínimos quadrados ordinários, além da relação média entre a receita da dívida ativa e o seu estoque, calculada a partir de janeiro de 2009.

A projeção da receita bruta para os anos de 2016 a 2018 baseou-se na referida média aplicada sobre a estimativa da tendência do estoque para o respectivo ano.

Por fim, foram ainda adicionadas à receita bruta, as expectativas de receita relativas ao programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, nos montantes de R\$ 53,9 milhões, R\$ 37,4 milhões e R\$ 28,6 milhões nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

## SIMPLES

Foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro de 2007, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, uma equação linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziu-se uma equação com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta \cdot t) \cdot S_t$ , onde:

**$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1$  (jan/2007), 2, 3 ... 114 (jun/2016).**

**$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.**

**$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.**

SIMPLES			
$R^2$ ajust = 0,901			
$\alpha = 5.233.054,381$ (P value: 1,34E-19)			
$\beta = 229.681,620$ (P value: 2,80E-58)			
Sjan	1,1156	Sjul	0,9653

Sfev	0,8585	Sago	1,1083
Sma r	0,9940	Sset	1,0290
Sabr	0,9382	Sout	1,0129
Smai	0,9640	Snov	1,0065
Sjun	0,9538	Sdez	1,0539

## **IRRF**

As previsões para o Imposto de Renda Retido na Fonte para os anos de 2016 a 2018 foram fornecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, quando da elaboração dos trabalhos para o PLDO 2017.

## **TAXAS ADMINISTRADAS PELA ADASA**

A ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal foi a fonte das previsões para o triênio 2016-2018 da Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento e da Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos.

Para as demais, foi feita a atualização monetária pelo INPC médio, previsto para 2016 a 2018, considerando a receita realizada de janeiro a julho de 2016.

## **OUTRAS RECEITAS**

A atualização monetária pelo INPC médio, previsto para 2016 a 2018 foi também aplicada sobre as receitas dos Fundos de Participação dos Estados e DF (FPE) e dos Municípios (FPM), dos Encargos da Dívida Ajuizada, da Taxa de Expediente, das Contribuições para PINAT e da Bolsa Universitária.

Por fim, observa-se que aos Encargos da Dívida Ajuizada, foram ainda adicionadas à receita bruta, as expectativas de receita relativas a programa de recuperação de crédito a ser lançado em 2016, nos montantes de R\$ 3,4 milhões, R\$ 2,3 milhões e R\$ 1,8 milhão nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

### **b) RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE BENS:**

As receitas de alienações de bens decorrem exclusivamente da intenção da venda de bens móveis e imóveis, cujo montante e sua aplicação, nos termos do art. 4º, § 2º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se delineado no Quadro XVIII, constante do módulo “Documentos Complementares”, que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária para 2017, detalhado por origem e aplicação, por unidade, fonte de recursos e natureza da despesa.

Cabe esclarecer que o maior volume da receita estimada (R\$ 362 milhões) está relacionado à intenção do Governo de disponibilizar diversos imóveis para alienação, com vistas a possibilitar a aplicação em investimentos, em seus diversos níveis, inclusive imóveis funcionais, haja vista que as receitas de origem tributária já estão comprometidas, em geral, com o custeio e pessoal.

**c) RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO:**

As receitas de operações de crédito, com previsão de arrecadação na ordem de R\$1.582 bilhões, levam em conta, sobretudo, a necessidade de financiamento, por este Governo, dos projetos de grande vulto para consecução de políticas públicas, nas áreas de infraestrutura, transporte e habitação, com vistas ao desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Estão consideradas as previsões elaboradas pela Secretaria de Estado de Fazenda relativas às operações já contratadas. Também, estão consideradas as operações a contratar, propostas pela Subsecretaria de Captação de Recursos, a partir da sinalização positiva do Governo Federal de autorizar novos empréstimos junto à comunidade financeira, situada no exterior ou no país (BID, BIRD, CAF, BNDES, CAIXA e Banco do Brasil).